

CAMINHOS TORTUOSOS NA BUSCA POR EMPREGO ENTRE OS JOVENS POBRES BRASILEIROS.¹

Mirlene SIMÕES SEVERO²

RESUMO: o primeiro emprego é decisivo para a trajetória profissional do jovem, principalmente quando o mercado reproduz a desigualdade do sistema educacional, ou seja, estabelecendo os melhores postos de trabalho aos mais qualificados. Márcio Pochmann retrata esta dura realidade dos jovens brasileiros e aponta como alternativa uma reformulação das políticas públicas de primeiro emprego para que possam estar associadas à manutenção do jovem no sistema educacional, e não apenas estimulá-lo precocemente sair para o mercado de trabalho.

PALAVRAS CHAVE: Desemprego juvenil. Precarização do trabalho. Políticas públicas ao primeiro emprego.

ABSTRACT: *The first job is decisive for the professional trajectory of the young, especially when the market reproduces the dissimilarity of the educational system, establishing the best opportunities to most qualified. Márcio Pochmann portrays this lasts reality of the young brazilians and points a reformularization of the public politics of first job as an alternative, so that the young remains in the educational system, without been stimulated to leave for the business market.*

KEYWORDS: *Youthful unemployment. Precarious work. Public politics for the first job.*

Considerações gerais sobre o jovem e o mercado de trabalho no Brasil

A juventude brasileira é maior que as dificuldades existentes. É com esta afirmação que Pochmann inicia sua análise sobre a situação do primeiro emprego do jovem no Brasil. Superar as barreiras para a melhor distribuição de renda e melhores condições de educação é parte importante do papel para a transformação da realidade controversa e difícil do jovem. Demonstrar que o emprego juvenil está associado à

¹ Resenha do livro: POCHMANN, M. *A batalha pelo primeiro emprego: a situação atual e as perspectivas do jovem no mercado de trabalho brasileiro*. 2.ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

² Doutoranda em Sociologia. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Pós – Graduação em Sociologia Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 mirlenesevero@yahoo.com.br.

precarização no trabalho, à falta de profissionalização, e à urgente geração de emprego, são caminhos para que possamos pensar nas políticas de geração de emprego juvenil colocadas hoje em nosso país.

Desde a década de noventa que a trajetória de mobilidade social dos jovens teve uma interrupção no Brasil, e por conta disto, os índices de pessimismo entre estes, avançou para o segundo lugar na América Latina, ficando atrás apenas da Colômbia. Os motivos para este pessimismo, aponta Pochmann, vem da enorme desigualdade econômica, pelos altos índices de pobreza, analfabetismo e violência que geram uma expectativa negativa quanto ao sucesso destes jovens. Associado a isto, a economia nacional gera dificuldades para a estabilização e superação de dificuldades. A descrença nas autoridades políticas, que poderiam mudar tal realidade é cada vez menor, contribuindo para se acreditar que cada vez mais está difícil viver no país.

O primeiro emprego é decisivo para a trajetória futura do jovem. Ao ingressar precariamente no mercado de trabalho, sem ter completado o ensino regular, por exemplo, desfavorece seu desempenho ao longo de sua trajetória profissional. O mercado de trabalho reproduz a desigualdade verificada no sistema educacional, estabelecendo os melhores postos de empregos aos melhores qualificados, ou seja, aos filhos de ricos que obtiveram a sua inatividade financiada pelos pais.

Pochmann conceitua juventude como a condição de vida que é referência do estágio de desenvolvimento de uma sociedade, ou ainda, uma forma de vida que se estende muito mais tempo que a simples etapa de 15 a 24 anos de idade. Para ele, a juventude não pode mais ser anunciada como preparação para o ingresso na vida adulta, ou mesmo como intermediação entre a escola e o trabalho. Sua crítica está posta quanto à idade do jovem, pois segundo sua análise ao definir este parâmetro há, necessariamente, que ser pensado quanto à longevidade da população no geral no Brasil. Caracterizar o jovem simplesmente como critério etário não o qualifica, pois ele tem significados e cultura própria em cada sociedade.

Quanto maior a expectativa de vida do brasileiro maior deverá ser a faixa destinada a classificar a juventude, segundo o autor isto não é apenas o aumento da faixa etária juvenil e sim a possibilidade de demonstrar que a inserção do jovem para a vida adulta exige hoje muito mais atenção do que no passado, é mais complexa e exige uma agenda pública mais específica e ampliada.

Hoje somos o quinto país do mundo em número de jovens, considerando dos 15 aos 24 anos, representando um 1/5 da população total brasileira. Mas estes números ainda não garantem perspectivas de melhores condições de vida. A sociedade atual se caracteriza pelo conhecimento e o papel do estado nesta fase da sociedade é fundamental pois tem que garantir as políticas de educação, cultura, trabalho e saúde para todos da fase juvenil. O setor público tem que inovar em sua atuação pois o quadro de vulnerabilidades e debilidades presentes entre os jovens é grande. A universalização das políticas públicas contribui para diminuir as diferenças entre jovens.

O desafio apontado por Pochmann está no sentido de que ao mesmo tempo que a sociedade atual se caracteriza pelo conhecimento³ e daí surge a oportunidade histórica para a libertação dos jovens à condenação ao trabalho pela sobrevivência, do outro lado, a política neoliberal vem ao longo de duas décadas no Brasil colocando o jovem muito mais como problema, fechando o campo de oportunidades a ele atribuído, e além disso deixando de gerar novos postos de emprego.

A mobilidade social não ocorre principalmente porque na sociedade do conhecimento os jovens têm condições de se capacitarem mais do que seus pais mas continuam dependentes economicamente por não conseguirem um posto de trabalho e a posterior independência financeira. Esta situação dá origem à uma crise familiar intergeracional.

Contradizendo o período fordista, a sociedade do conhecimento exige uma maior qualificação e saber, dado isto, o tempo de preparo para o mercado se estende, assim como a educação continuada também torna-se obrigatória, “[...] somente a postergação do ingresso do jovem no mercado de trabalho é condizente com os desafios da sociedade do conhecimento.” (POCHMANN, 2007, p.25). Este conceito do autor é fundamental pois é com ele que será desenvolvida toda a argumentação do livro.

A escola, o trabalho, e a postergação do jovem no mercado

Pochmann analisa a situação da educação no Brasil como fator fundamental para a superação de exploração no trabalho juvenil. A capacitação do jovem, e a possibilidade de postergar sua entrada no mercado de trabalho são caminhos apontados para as políticas públicas juvenis de primeiro emprego.

Segundo ele, há uma tardia universalização da educação no Brasil, ocorrendo somente em 1930. Isto pode ser um dos motivos que faz com que nosso país tenha um jovem analfabeto para cada dez. A educação se transformou no monopólio de uma elite, reproduzindo as desigualdades e estabelecendo a exclusão. O acesso à cultura e lazer, estabelecendo o vínculo, junto à educação de formação deste jovem, está diretamente ligado à algum recurso financeiro, e sendo assim, exclui também este jovem mesmo quando ele tem tempo livre.

O sistema educacional que deveria formar o jovem dentre outras possibilidades, também para o mercado de trabalho, contribui para sua exclusão pois a escola ainda não incluiu as novas tecnologias, que para os jovens é parte de seu dia a dia. Se considerarmos apenas quatro anos de estudo (o analfabeto funcional) entre jovens de 15 a 24 anos de idade

³ Para Pochmann as sociedades do conhecimento surgiram na transição das sociedades industriais no final do século XX, com a característica de exigirem um maior conhecimento técnico e acadêmico para a inserção no mercado de trabalho.

chegamos a 22% do total de jovens. De cada dez jovens somente seis são estudantes em nosso país. Se considerarmos o ensino superior, verifica-se uma restrita elite, apenas 13% dos jovens de 20 a 24 anos estão fazendo um curso superior. Somente 17% dos jovens que ingressam na escola conseguem alcançar o ensino médio, e destes somente 11% completam o ensino superior (POCHMANN, 2007, p.37).

A solução apontada pelo autor para a superação deste quadro deficitário e excludente do sistema educacional brasileiro é integrar o jovem no sentido de estimular esta escola para ser um ambiente novo rompendo o imobilismo educacional com um novo estímulo à educação. A peça fundamental desse estímulo é garantir uma pedagogia próxima ao contexto de vida do jovem brasileiro sem prejuízo ao conhecimento universal. É desta forma que poderá ser pensada uma sociedade mais justa e democrática.

Outro fator relevante para a melhora e inclusão do ensino no Brasil é o investimento, podendo o jovem ter mais condições ao acesso e permanência ao ensino, não sofrendo com as barreiras de falta de vagas e ao desestímulo nas escolas. O ensino é capaz de evitar a marginalização juvenil.

Diretamente associado ao sistema de exclusão nas escolas, a piora na condição de vida das famílias na década de 1990, com desemprego, precarização do trabalho e baixos salários, conduziu a expansão de atividade de trabalho aos jovens mesmo que em condição inaceitáveis como, trabalho escravo, insalubre, perigoso, prostituição, tráfico de drogas, crime organizado, entre outros.

Ao contrário da experiência internacional, o Brasil vem, nas duas últimas décadas, retrocedendo no uso do tempo livre destinado ao jovem. Guardadas as devidas proporções, o país tem repetido a experiência das primeiras décadas do século passado, quando era maior a presença do jovem no mercado de trabalho. (POCHMANN, 2007, p.35).

O trabalho está ligado ao desenvolvimento humano, onde ele pode transformar a natureza e a si próprio, mas o trabalho tem se associado principalmente à sobrevivência das pessoas, deixando o desenvolvimento humano. Marcadamente o primeiro emprego do jovem é precário. A partir de 1990 com o esgotamento do ciclo de industrialização e com a implantação de um novo modelo econômico, a economia tornou-se decrescente com o reflexo direto no desemprego juvenil.

O peso da juventude no mercado de trabalho de forma legal, só poderá ocorrer com a implementação de um programa nacional de transferência de renda, capaz de financiar a inatividade. O ingresso no mercado de trabalho deve ser tardia para que a preparação do jovem possa ser completa. Pelo contrário o que verifica-se, de acordo com os dados de Pochmann, é que 86% dos jovens ocupados (estão em trabalhos

informais, sem registro na carteira de trabalho) recebem abaixo de três salários mínimos mensais e a média de seu rendimento mensal é de 1,7 salário mínimo. Quase 40% destes jovens tem jornada de trabalho superior a 44 horas semanais.

No final da década de 80 a combinação do desemprego com o desassalariamento⁴ formou um cenário desfavorável à toda população e atingiu de forma mais dura a população mais vulnerável como idosos, jovens, mulheres e não brancos. Em 1990 jovens de 15 a 17 anos que trabalhavam com registro formal somavam apenas 24% no Brasil. Entre 1980 e 1998 registrou-se um aumento de 5,1% para 14,9% na taxa de desemprego juvenil e a taxa de ocupação cresceu 16,5%, trabalhos cada vez mais flexíveis e sem controles externos.

Há uma contínua adição de jovens ao mercado de trabalho, e uma contínua diminuição de postos de trabalho, esta situação se comprava quando os dados da década de 1990 demonstram que o emprego assalariado ocupado por jovens foi suprimido em 1,4 milhão de vagas. Desde 1990 a taxa de desemprego juvenil apresenta elevação sistemática, passou de 6% em 1989 para 16% em 1998, e, com relação à taxa de desemprego total, de acordo com o IBGE, de 1997 do total de desempregados, 46% estavam entre os 15 e 24 anos. Durante a década de 1990 a quantidade de desemprego aumentou três vezes, a ocupação reduziu 3% e a inatividade cresceu 12% (POCHMANN, 2007).

A decisão do jovem em entrar no mercado de trabalho está associada à pretensão salarial, mesmo que ele saiba que sua situação profissional é isenta de experiência. E é a partir desta experiência que se estabelecerá a trajetória profissional deste jovem. Ele busca com o trabalho suprir as necessidades da família e desta forma, a passagem da escola para o trabalho não ocorre de forma direta e objetiva, há em sua maioria a tentativa de associar a escola com o trabalho. Neste caso os meninos, com trabalho braçal e que se ocupam o dia todo, desistem primeiro da escola. As meninas conseguem conciliar por mais tempo, pois em sua maioria trabalham nos serviços domésticos.

A necessidade de antecipar renda futura ou de ajudar no orçamento familiar tem pressionado os filhos, sobretudo os de famílias de menor renda, a terem uma passagem breve pela escola. (POCHMANN, 2007, p.63).

A inserção dos jovens ao primeiro emprego tem que ter uma nova característica, distinta da que vivenciamos até agora, desde a década de 1990 que o ingresso do jovem no mercado de trabalho tem sido escassa, dada a maior concorrência motivada principalmente pela oferta abundante de mão de obra. A incapacidade da economia interna

⁴ O desassalariamento é a diminuição da oferta de emprego somada ao aumento da desocupação.

brasileira de gerar novos postos de emprego cria uma instabilidade no emprego, seguida de uma exigência educacional muitas vezes inadequada ao conteúdo profissional. As alternativas de trabalho do jovem estão hoje distintas daquelas do passado, ou seja, ligada aos setores modernos da economia. Estão, em sua maioria, associadas à precariedade do trabalho.

As vagas abertas hoje no mercado são não-assalariadas, são ocupações por conta própria, sem remuneração, e quando existe o emprego assalariado este não tem registro em carteira. Pelo excedente de mão de obra, o empregador seleciona a contratação por meio de pessoas muita mais qualificadas do que a necessidade do posto de trabalho exige.

Políticas Públicas de Acesso ao Primeiro Emprego

Segundo Pochmann há um erro de estratégia quanto a aplicação da política de primeiro emprego no Brasil. Este erro dá-se em dois campos: na micro-economia e na macro-economia. No plano microeconômico as ações focadas para o emprego juvenil estão exclusivamente voltadas para o funcionamento do mercado, ou seja, a atuação pública é verificar a oferta e demanda por emprego. Predominam assim políticas de trabalho com redução de custo e flexibilização trabalhista. O papel do indivíduo ganha destaque nesta política, responsabilizando-o por sua trajetória profissional. Multiplicam-se assim, o número de escolas profissionalizantes, as formas de se vestir e se portar em uma entrevista, os clubes de procura de trabalho.

Em síntese o mercado de trabalho é entendido como independente do funcionamento da economia, cabendo exclusivamente ao indivíduo adaptar-se ao contexto dos empregos existentes e procurar favorecer-se do seu próprio esforço e postura qualitativa, como forma de superação da concorrência em relação aos outros. Nesse caso a vítima do desemprego é identificada como responsável pelo próprio desemprego. (POCHMANN, 2007, p. 76).

Tanto o oferecimento de curso de qualificação e treinamento (teoria do capital humano) quanto a disponibilidade de linhas de crédito (auto-emprego), faz com que as políticas do governo se voltem para a diminuição de gastos na qualificação que poderia ser de responsabilidade do empregador, das empresas e com o estímulo ao crédito, faz com que a geração própria de renda retire a responsabilidade de estado e empresas no trabalho assalariado e registrado. A ocupação de renda deixa cada vez mais de ser um problema público e social e passa para a esfera individual e particular dado o comportamento de cada um.

Estas teorias seguem o caminho de que não há escassez de trabalho para o jovem e sim vagas que não são preenchidas, e isto ocorre porque o jovem em sua maioria tem baixa produtividade, inadequada qualificação, entre outros mitos. Uma destas teses, a de baixa qualificação

educacional ou profissional é desmentida quando se verifica que o avanço de escolaridade no Brasil tem aumentado nos últimos anos e isto não impulsionou a empregabilidade dos jovens.

No campo macro-econômico, o trabalho do jovem se subordina à dinâmica geral da economia, tendo esta atuação restrita ao mercado de trabalho, é difícil assumir objetivos maiores de empregabilidade. A política de primeiro emprego não pode ficar condicionada ao mercado de trabalho e assim acreditar que vai melhorar a vida do jovem. As políticas de primeiro emprego tem que garantir a transição do sistema educacional para o mundo do trabalho.

Como já relatamos aqui anteriormente, o mercado desde a década de 1990 tem tido desempenhos abaixo do esperado com relação a geração de emprego, e os jovens se tornaram a principal vítima. As medidas existentes no Brasil para o primeiro emprego são insuficientes e inadequadas para dar conta de todos os jovens aptos a trabalhar. Estes programas tem se preocupado principalmente com qualificação da mão de obra, na intermediação e na geração de emprego. As políticas públicas de primeiro emprego não apresentam no Brasil, coordenação e nem sistematicidade, permanecendo prisioneiras da fragmentação e da competição e não conseguem dar o salto quantitativo e qualitativo necessários.

Criar uma estratégia para existir o primeiro emprego deve levar em conta um crescimento sustentável do país por um longo período. Segundo Pochmann seria necessário também criar uma Agência Nacional para inserção Ocupacional da Juventude, com diretrizes de monitoramento e acompanhamento integral do jovem em sua formação e na inserção no mercado de trabalho.

A crítica elaborada por Pochmann ao Programa Primeiro Emprego do governo federal, vem no sentido de os resultados alcançados serem localizados e distantes de obter sucesso nacional. E ainda este e outros programas (como agente jovem, escola de fábrica) estimulam ainda mais o jovem ingressar no mercado de trabalho o que contribui para o aumento do excedente de mão de obra, acumulada pelo desemprego. Há necessidade de se rever as experiências mais recentes de políticas de emprego juvenil, como também o sistema “s” que está longe da posição contemporânea do jovem no mercado de trabalho, associando a isto, rever as leis do jovem aprendiz e dos estágios.

O mercado de trabalho brasileiro amplia as diferenças de classes e as conserva. Desde o abandono da industrialização nacional na década de 80 que nosso país cria condições desfavoráveis a criação de novos postos de trabalho. Na década de 90 a piora se acentuou com a aplicação da política neoliberal, sobretudo para os jovens, e até o momento não foi retomada em âmbito nacional.

Conclusão

Os dados e elementos apontados por Pochmann sobre a situação do jovem e o primeiro emprego e a superação da precariedade, do desassalariamento e do desemprego, faz com que indiquemos que o processo atual de inserção ocupacional é caracterizado pela conformação de padrões heterogêneos, ou seja, é urgente a reformulação destas ações, que são baseadas, desde a década de 1990, no novo modelo econômico baseado no ajuste do mercado. Indicamos assim uma frase final do livro que propõe e resume as ações ao primeiro emprego juvenil:

O jovem requer espaço e oportunidade para viver o seu tempo, munido de condições suficientes tanto para ampliar o tempo de não trabalho, associado ao processo educacional, bem como uma melhor preparação para o ingresso em condições adequadas no mercado. [...] o jovem brasileiro tem garra e sabe o que quer (POCHMANN, 2007, p. 114).